

EM DEBATE

HORA ZERO — «A REALIDADE:
PORTUGUESA NO DOMÍNIO
DA ANTIGUIDADE PRÉ-CLÁSSICA»*

MARIA HELENA TRINDADE LOPES

Departamento de História da F.C.S.H.-U.N.L.

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 2, FEV. 1989

* Entende-se por Antiguidade Pré-Clássica o estudo das sociedades, culturas e civilizações que viveram lugar no Egito, na Mesopotâmia e na Palestina.

- «— Onde é que vamos? — perguntei.
 — Não sei — disse ele — vamos só a conduzir.
 — Mas esta estrada não nos leva a lado nenhum — disse-lhe.
 — Não é isso que tem importância.
 — Então o que é?
 — É apenas o facto de andarmos nela, pá»

Breat Easton Ellis — Menos Que Zero

A ANTIGUIDADE Pré-Clássica é, ainda hoje, em Portugal, uma «disciplina» menor. Uma espécie de filha natural, para quem alguns olham com alguma ironia. Não é, no entanto, sobre a questão da ironia que me irei pronunciar, mas antes sobre as razões que provocam em alguns a superficial ironia e noutros a complacência, o incómodo ou o alheamento. Todas elas atitudes louváveis num meio que se diz «científico, crítico e criativo».

As razões da «menoridade» da Antiguidade Pré-Clássica são múltiplas e diferenciadas. Extrínsecas e intrínsecas. Senão vejamos:

1 — Razões extrínsecas

As razões extrínsecas residem, fundamentalmente, nos outros, designando os outros, dois grande grupos: as Instituições e os Ignorantes, tendo ainda em conta que os ignorantes poderão ser também «instituições» e, vice-versa, as instituições serem ainda e também «ignorantes». Por uma questão de método irei tratá-los separadamente.

1.1 — Os outros: Instituições

Em Portugal, as Instituições não são «entidades anónimas». Apresentam-se, cuidadosamente, com nome (por vezes, com nomes; a existência de uma pluralidade de nomes também é significativa), com um rosto (por vezes, com rostos; a existência de uma pluralidade de rostos ainda é mais significativa) e até com um quotidiano, uma história.

É o nome, o rosto, mas sobretudo a história que vem colocar, inevitavelmente, barreiras, ao pretenso carácter desapaixonado das suas acções, enquanto instituições que deveriam ser «entidades anónimas». Senão vejamos: A história de uma instituição é delineada a partir de conjunturas particulares, interesses e motivações próprias.

Assim sendo, o comportamento dessa instituição face ao grande ou ao pequeno público é um comportamento ditado pelo preconceito, um preconceito que é conhecimento de alguns face ao desconhecimento de outros. Isto porque a Instituição adere e apoia uma actividade/conhecimento que entra na esfera dos seus próprios interesses/conhecimentos, mas o desconhecimento de muitas outras actividades/conhecimentos por parte da mesma Instituição é penalização, não para a própria, como seria porventura mais correcto, por demonstrar um espírito limitado, delineado, mas para os outros, para aqueles que fogem à esfera de conhecimento do Sr. ou Sr.^a Instituição.

Esta penalização é tanto mais grave na medida em que se exprime no alheamento, na ausência de actuação, de interesse, de apoio. Vive do preconceito. Alimenta-se na actual crise do estatuto do saber¹.

Ora bem. Digamos que, em relação à Antiguidade Pré-Clássica, as Instituições se comportam de uma forma muito semelhante àquela que, acima, retratei.

Uma actuação, igualmente desapaixonada, mas mais atenta, menos ignorante, visaria, sem dúvida, o cumprimento de determinados apoios institucionais, tais como:

*1.1.1 — Conveniente apetrechamento das nossas bibliotecas*² com: *Fontes*: as fontes existentes em Portugal, em Bibliotecas Públicas, atestam bem o atraso dos nossos «interesses» face a uma Europa bem equipada.

Publicações Especializadas: que permitem saltar da mera divulgação para o domínio da investigação histórica.

Obras Clássicas: tais como o LÄ (*Lexikon der Ägyptologie*) ou o CAD (*The Assyrian Dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago*), referências fundamentais de qualquer biblioteca ou investigador da Antiguidade Pré-Clássica e *Revistas* da especialidade.

Esta série, sem dúvida, a primeira medida, a mais relevante, para que a Antiguidade Pré-Clássica assuma outro papel na cena cultural portuguesa.

1.1.2 — Criação e organização de um convénio que permitisse a integração de investigadores portugueses em centros arqueológicos, no Oriente e em África (Egipto)³. Esta medida, satisfatória, não anularia a possibilidade de criação de uma missão arqueológica, portuguesa, no Oriente, à semelhança daquilo que os Espanhóis há dois anos criaram em Hieracompolis Magna, no Egipto.

Sentir o espaço, tocar os vestígios do tempo são necessidades vitais para qualquer investigador. Necessidades que não se calam à desculpa demasiado imediata da falta de dinheiro ou da falta de estruturas. As estruturas criam-se. O dinheiro procura-se. A vontade imperiosa de mudar o *status quo*, essa é que não pode faltar.

1.1.3 — Aprofundar e divulgar o conhecimento das línguas da Antiguidade Pré-Clássica em Portugal: egípcio, acádico e hebraico, fundamentalmente.

Se, em relação ao hebraico, verificamos a sua presença, com continuidade, em diferentes instituições universitárias, o mesmo não se verifica em relação ao egípcio e ao acádico, apesar de este último ter sido objecto de um Curso Intensivo (30 horas lectivas), levado a cabo pelo Instituto de História Antiga e Judaica no ano lectivo de 1984-1985.

O conhecimento da estrutura de uma língua permite-nos vislumbrar o rosto e o perfil das mulheres e dos homens que a usaram e modelaram. A linguagem é, sempre, expressão de uma experiência de comunidade, experiência essa que tem por fundamento a tradição. E é aí, na tradição, que reside o ser do discurso.

Por outro lado, o conhecimento das línguas antigas permite ao investigador, um contacto, em primeira mão, com os textos, sem a necessidade de depender «credulamente» de traduções existentes.

Para conhecer um Homem (leia-se um povo) é necessário falar as suas palavras, sussurrar os seus sussurros, suspirar os seus suspiros. Sem isto, vislumbraremos, apenas, a «indumentária», e nunca o coração, centro do conhecimento, por excelência, do Mundo Antigo.

1.1.4 — Incrementar as relações entre Instituições Portuguesas e Instituições Estrangeiras, visando, não só a troca de informações científicas ou a possibilidade de participação em Conferências e Congressos, no estrangeiro, mas ainda, e sobretudo, a criação do hábito de realizar em Portugal Ciclos de Conferência e Congressos, que permitissem aos investigadores portugueses e também ao público português ultrapassar o estado de pasmo e apatia em que se encontra, neste domínio, o meio cultural/científico português.

Sem bibliografias, sem o contacto com o espaço e o vestígio arqueológico, sem o conhecimento das línguas, sem a possibilidade, «burocrática», de ultrapassar estes problemas, a Antiguidade Pré-Clássica corre o risco de se manter no palco científico português como uma intrusa de facto.

1.2 — Os outros: Os Ignorantes

Estes são, sem dúvida, um grupo bastante alargado, tendo em conta o seu carácter pessoal e/ou institucional. Facilmente reconhecíveis, pelo ar superior com que passeiam a sua ignorância, imaginam-se personagens singulares de tempos privilegiados. Eles são os verdadeiros arautos de uma concepção providencialista da História.

Franzem a testa perante civilizações que, de tão antigas e longínquas, merecem pertencer já ao relato mitológico. São eles que fazem a pergunta clás-

sica: «Tendo em conta que estamos em Portugal, para que nos interessam egípcios, sumérios, acádicos, babilónicos, assírios e hebreus?»

A esta questão, clássica, eu costumo responder de duas maneiras. A primeira é rápida e pessoal:

— Pelo gozo que me dão! A mim, as coisas interessam-me, na medida em que me despertam prazer.

A segunda é mais longa, pressupõe conhecimento, reflexão e paciência:

— Para Pítagoras, a tradição da Ciência Sagrada reside na antiga Civilização Egípcia, que a teria transmitido à Grécia Helenística. Aqui, o seu conhecimento e ensinamento ter-se-ão mantido secretos e reservados a alguns «eleitos». No entanto, algumas das noções gerais irão transformar-se em património colectivo e é sobre este património colectivo que se construirá toda a Filosofia Grega, da evolução do pensamento ocidental. Por outras palavras, ao estudarmos, hoje, a génese do pensamento ocidental não podemos recuar, única e exclusivamente, ao património grego. Necessário será vislumbrarmos mais longe, para Oriente e para África.

Se atentarmos, por exemplo, no campo da astrologia, verificamos que os primeiros astrólogos greco-egípcios não inventaram a disciplina que pretendiam ensinar ao mundo helénico. Serviram-se de fontes egípcias, que remontam à época persa, derivadas, elas próprias, pelo menos em parte, de velhos documentos caldeus.

O património egípcio, por exemplo, persiste na civilização grega. Muitas são as marcas desta evidência⁴. E é esta persistência que tornará possível a perpetuação dos «Ministérios de Isis», tornados património colectivo, graças ao génio de Mozart, na *Flauta Mágica*.

Por outro lado, a Bíblia e o Cristianismo, referências fundamentais do mundo ocidental, estão ainda e também profundamente marcadas pelo passado/tradição orientalizante⁵.

As contribuições egípcias para o Antigo Testamento são, com efeito, um caso particular de «relação» do Egipto com a Síria⁶. Mas as contribuições para o Novo Testamento são já um caso de participação do Egipto no Helenismo. Com efeito, a religião egípcia transmitiu as suas fórmulas ao Helenismo, sendo Alexandria o principal centro dessa influência. Por isso, mais tarde, a teologia alexandrina desempenhou o papel de mediador natural entre a tradição egípcia e o cristianismo primitivo⁷.

No entanto, nem só o Egipto contribui para a formulação do património bíblico. A dependência face a modelos mesopotâmicos é, também, marcante⁸. Por outras palavras, a herança espiritual do mundo ocidental remonta a um tempo e a uma História que a maior parte de nós desconhece. Daí a incompreensão que se sente, muitas vezes, face a situações-rituais que nada parecem «falar» à nossa civilização ocidental.

E se isto não bastasse, como motivo, para justificar a importância destas civilizações, para o Homem de todos os tempos, outras razões pode-

ríamos ainda acrescentar. Razões essas que se prendem com novas formas de abordar o real. Com efeito, as Civilizações Pré-Clássicas fornecem um abundante campo de análise à História das Mentalidades, permitindo estudar determinados grupos sociais integrados, a partir de certas concepções, como por exemplo atitudes em relação à vida e à morte; estudar comportamentos emotivos — medo, alegria — através da análise das festas e da relação com a natureza ou chegar mais longe, a uma História da Sensibilidade, dos Sentimentos, do Ser.

Quando os outros — quaisquer que sejam — forem menos ignorantes, militantes e assumidos, talvez a História da Antiguidade ocupe o lugar a que tem direito. O de igual.

2 — Razões intrínsecas

Durante muito tempo, as Civilizações Pré-Clássicas foram princípio de carreira, obrigatório, de muita gente. São vários os exemplos que poderei citar, dentro da minha própria Faculdade. O Professor Magalhães Godinho orientou esta disciplina, durante algum tempo, tendo mesmo produzido um texto sobre o Antigo Egipto⁹. O Professor José Mattoso e a Professora Maria José Ferro Tavares foram também professores desta cadeira. Era o castigo dado a quem começava. E desse castigo, obviamente, só poderiam ficar más recordações. Para os próprios, e para os outros que os escutavam, e que pressentiam decerto um interesse mínimo e uma inevitável carência de especialização, o que traduzia uma realidade de certo modo determinada pela ausência total de estruturas de apoio, a esta área, nessa data.

Desta situação, paradigmática, que infelizmente perdura ainda hoje em algumas faculdades portuguesas, evoluiu-se para um novo estágio em que os Professores passaram a ser recrutados em função de um percurso e de antecedentes pessoais, que se considerava serem factores de preferência nesta matéria. O domínio de algumas línguas, um conhecimento profundo do texto bíblico e da realidade histórica dos hebreus, aliados a uma certa predisposição para este tempo histórico, tornaram os então responsáveis por esta área em figuras de proa no meio científico português, no âmbito da Antiguidade Pré-Clássica. Mas se esta alteração foi importante, no sentido de que exprimia um avanço, um melhoramento, ela não resolveu, de modo nenhum, todas as dificuldades que se verificavam e sentiam no domínio da Antiguidade Pré-Clássica.

Manteve-se o isolamento, o desconhecimento dos outros face a este domínio por falta de divulgação e explicitação — bem como a ausência de estruturas, o que provocou, mais uma vez, um atraso no estudo e conhecimento destas civilizações.

Hoje não é possível ignorar a situação que se vive. Mais do que um impasse, estamos perante uma encruzilhada. De pouco servirá a recordação das experiências pessoais vividas pelos Mestres num tempo que, inexoravelmente, estará cada vez mais distante. Para os que agora começam e do passado só dispõem de uma memória transmitida pela «tradição oral», a única via possível passa, inevitavelmente, pela conquista, em Portugal, do direito de cidadania para as Sociedades, Culturas e Civilizações Pré-Clássicas.

É um desafio para os «novos», mas é também e sobretudo uma responsabilidade para todos.

NOTAS

** Entende-se por Antiguidade Pré-Clássica o estudo das sociedades, culturas e civilizações que tiveram lugar no Egípto, na Mesopotâmia e na Palestina.

¹ Vd. Pierre Nora: «O Acontecimento e o Historiador do Presente», in *A Nova História* (Edições 70, Lisboa, s.d.), págs. 64-66.

² Neste domínio, a realidade portuguesa é de uma insuficiência e menoridade exemplares. A Biblioteca Nacional vem ignorando, sistematicamente, esta área. As obras aí existentes, aliás em número reduzidíssimo, poderão ser hoje classificadas de relíquias. Relíquias que, se ilustram um «tempo» da investigação (e essa é a sua relevância), estão, no entanto, há muito ultrapassadas. É o caso das obras de G. CONTENAU que remontam às décadas de 20 e 40 ou de G. MASPERO, ainda anteriores.

Curiosamente, e talvez por simples acaso, é na B. N. que encontramos o único exemplar de uma obra colectiva que, ainda hoje, é referência fundamental para qualquer investigador da Antiguidade — *The Intellectual Adventure of Ancient Man — An Essay on Speculative Thought in the Ancient Near East* (Chicago, 1946) (existentes edições posteriores. A mais recente é de 1977).

A realidade das Bibliotecas Centrais das duas principais Faculdades de Letras de Lisboa (F.L.L. e F.C.S.H.) é, apesar de tudo, diferente, mas ainda insuficiente, ainda inadequada. Percorremos Lisboa e vamos encontrar mais algumas obras na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian. Poucas, ainda poucas, e, preferencialmente, dedicados à História de Arte. A assinalar, contudo, a presença da obra de J. PIRENNE.

Subimos em direcção à Av. da República e descemos em direcção à Av. da Liberdade. Aí, no Instituto Arqueológico Alemão, vamos descobrir algumas preciosidades, mas raras, raríssimas, para não ofuscar.

Subimos as Avenidas e regressamos à F.C.S.H. Resta-nos a Biblioteca do Instituto de História Antiga e Judaica. Uma biblioteca, ainda, em formação. Alguns títulos de qualidade alternando com obras menores, de divulgação.

³ Esta «integração» deverá ter, sempre, um carácter oficial e não privado ou semi-privado. Por outro lado, os investigadores «deslocados» terão, necessariamente, de ser apoiados na sua deslocação.

⁴ Vd. influências egípcias no panteão grego (Amon-Zeus e Ptah-Hephaistos são, porventura, os casos mais marcantes), ao ponto de os Ptolomeus criarem um deus sincrético, símbolo possível de união entre gregos e egípcios: Serápis.

Vd. influência egípcia sobre a cosmogonia e a doutrina da morte dos órficos gregos: a presença do ovo do mundo fecundada pelo vento, assim como a da literatura funerária que, na Grécia, se apresentava sob a forma de «salvo-condutos». — vd. A. Rosalie David — «Some contributions made by Egyptian religion to other traditions» in *The Ancient Egyptians — Religious Beliefs and Practices* (London, Routledge & Kegan Paul, 1982)

⁵ Quando falamos de Oriente, em termos de Antiguidade Pré-Clássica, não o referimos unicamente enquanto espaço, mas enquanto filosofia/conhecimento, daí que o Egipto seja habitualmente integrado, nesta dimensão.

⁶ A título de exemplo, vd. a doutrina/modelo de criação Menfita, pelo Verbo, presente no texto bíblico, com Fonte Sacerdotal; os paralelismos entre a Sabedoria de Amenemope e o Livro Bíblico dos Provérbios; os paralelismos entre o Hino a Aton e o Salmo 104; os paralelismo entre os 10 Mandamentos e as Confissões Negativas do cap. 125 do Livro dos Mortos; os traços do ritual egípcio na coroação, no reino de Judá.

⁷ O vocabulário religioso do Egipto teve influência sobre o Novo Testamento e o Cristianismo primitivo: a concepção do Além, presente na parábola do rico e de Lázaro é semelhante à concepção encontrada no romance de Setna; a segunda morte do Apocalipse de João é semelhante ao conceito de segunda morte egípcia.

⁸ A semelhança entre os Mitos das Origens e a Epopeia de Atra-Hasis e o Enuma Elish; a referência ao dilúvio, presente na narração bíblica e também na tradição suméria, babilónica e assíria.

⁹ Vitorino Magalhães Godinho — «O Antigo Império Egípcio» in *Ensaio I* (Lisboa, Sá da Costa, 1968).